

**INSTRUÇÕES**

Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO e nas questões da prova marque ao lado o comando. A ausência de marcação não penaliza e a marcação de ambos os campos serão apenadas. Para devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas provas objetivas. Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura Situação hipotética: ... seguida de Assertiva: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta. Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos etc.

**TEXTO I**

O Cerrado, segunda maior formação vegetal do Brasil e da América do Sul, é frequentemente subestimado em sua complexidade ecológica, sendo erroneamente categorizado como uma mera savana. Contudo, suas savanas, florestas e campos abrigam uma biodiversidade incomparável, com mais de dez mil espécies de plantas catalogadas, muitas delas endêmicas. Este bioma se destaca como um berço de águas, alimentando importantes bacias hidrográficas como as do Paraná, Tocantins/Araguaia e São Francisco, e influenciando diretamente o regime hídrico de vastas regiões do país. A riqueza de sua fauna, que inclui mamíferos ameaçados como o lobo-guará e a anta, e milhares de espécies de insetos e aves, sublinha a urgência de sua conservação.

Historicamente, a expansão agrícola no Brasil, especialmente a monocultura de soja e a pecuária extensiva, tem avançado vigorosamente sobre o Cerrado. A conversão de áreas nativas para lavouras e pastagens resultou em uma perda de cobertura vegetal que já atinge cerca de metade de sua área original. Essa devastação não apenas compromete a resiliência do ecossistema, mas também acelera a erosão do solo, a contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos e a emissão de gases de efeito estufa. Paradigmaticamente, a legislação ambiental brasileira conferiu ao Cerrado uma proteção menos robusta se comparada à Amazônia e à Mata Atlântica, o que o tornou mais vulnerável aos avanços do desmatamento legal e ilegal. A persistência de práticas insustentáveis e a implementação de políticas públicas que, por vezes, priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental, dificultam a reversão desse cenário preocupante. A conscientização sobre a importância estratégica do Cerrado para a segurança hídrica e alimentar do Brasil é crucial para que se estabeleçam mecanismos eficazes de proteção e recuperação.

(Adaptado de O Globo, nov. 2024)

Com base no texto acima, julgue o item a seguir.

01-(IBED) Infere-se do texto que a relativa vulnerabilidade legal do bioma Cerrado, em comparação à Amazônia e à Mata Atlântica, é um fator determinante para a intensificação da sua degradação ambiental, uma vez que a ausência de amparo jurídico equivalente facilita a conversão de suas áreas nativas para atividades agrícolas e pecuárias.

02-(IBED) A expressão 'berço de águas', utilizada no primeiro parágrafo para caracterizar o Cerrado, manifesta uma metáfora que, no contexto, atribui ao bioma a função de uma fonte primordial de recursos hídricos, sendo responsável pela origem e manutenção de importantes bacias hidrográficas nacionais. Todavia, a substituição dessa expressão por 'região de mananciais' manteria integralmente o sentido e o impacto estilístico da frase original.

03-(IBED) No segmento 'A persistência de práticas insustentáveis e a implementação de políticas públicas que, por vezes, priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental, dificultam a reversão desse cenário preocupante', o termo 'que' introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa, contribuindo para esclarecer o tipo de 'políticas públicas'. A retirada das vírgulas que isolam essa oração não alteraria a correção gramatical, mas introduziria uma restrição ao significado de 'políticas públicas', modificando a interpretação original do autor.

04-(IBED) Considere o trecho 'Historicamente, a expansão agrícola no Brasil, especialmente a monocultura de soja e a pecuária extensiva, tem avançado vigorosamente sobre o Cerrado'. A palavra 'vigorosamente' atua como um advérbio de modo e intensifica a ação de 'avançado', indicando que o progresso da expansão agrícola ocorre de maneira potente e rápida. No contexto, se substituído por 'paulatinamente', o sentido da frase seria invertido, indicando um avanço gradual e lento, contrariando a tese de rápida devastação do bioma.

05-(IBED) O segundo parágrafo do TEXTO I apresenta uma relação de causa e consequência explícita ao conectar a expansão agrícola no Brasil com a perda de cobertura vegetal do Cerrado, a erosão do solo, a contaminação da água e as emissões de gases estufa. Essa conexão lógica é reforçada pela utilização de conjunções explicativas. No entanto, a ideia central do parágrafo concentra-se mais na descrição do problema do que na apresentação de soluções imediatas, característica que desqualifica a argumentação apresentada como plenamente persuasiva.

06-(IBED) Situação hipotética: Um novo projeto de lei proposto no congresso visa a criação de uma agência reguladora autônoma para monitorar e propor diretrizes para políticas públicas federais. Assertiva: Conforme a teoria dos ciclos de políticas públicas, a criação dessa agência impactaria diretamente a fase de formulação da agenda governamental, ao introduzir um novo ator com capacidade de balizar a entrada de problemas na pauta decisória, e a de monitoramento e avaliação, dada sua função fiscalizadora e propositiva, solidificando a transparência e a accountability no âmbito da governança pública.

07-(IBED) A distinção entre políticas distributivas, redistributivas e regulatórias, proposta por Theodore Lowi na sua tipologia de políticas públicas, é fundamental para compreender os diferentes arranjos de poder e as lógicas de deliberação associadas a cada tipo. As políticas redistributivas, que buscam alterar a distribuição de bens e recursos de forma significativa na sociedade, caracterizam-se por envolverem baixos custos políticos e consensos amplos, facilitando sua implementação devido à ausência de perdedores bem definidos.

08-(IBED) O processo de federalismo e descentralização de políticas públicas no Brasil, embora promova a autonomia dos entes federativos e a maior adequação das ações governamentais às realidades locais, frequentemente gera desafios significativos, como a assimetria na capacidade de implementação entre municípios e estados, a fragmentação da ação estatal e a dificuldade de coordenação intergovernamental, elementos que podem comprometer a efetividade e a equidade na entrega de serviços públicos essenciais, como saúde e educação.

09-(IBED) No contexto das políticas de institucionalização dos Direitos Humanos como políticas de Estado, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído pelo Decreto nº 7.037/2009, desempenha um papel meramente simbólico. Suas diretrizes, por não possuírem força de lei, não oferecem subsídio para a elaboração de programas e ações concretas que visem à efetivação dos direitos fundamentais, sendo sua implementação dependente exclusivamente de vontades políticas momentâneas e desvinculada de compromissos estatais de longo prazo.

10-(IBED) É correto afirmar que o desenvolvimento sustentável, enquanto pilar essencial das políticas públicas contemporâneas, transcende a mera proteção ambiental, englobando simultaneamente as dimensões econômica e social, de modo a garantir que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Nesse sentido, programas de mitigação das mudanças climáticas que negligenciam aspectos de justiça social e equidade intergeracional não podem ser plenamente qualificados como sustentáveis.

11-(IBED) O município de Parnaguá, localizado no sudeste do estado do Piauí, é considerado o segundo município mais antigo do estado, tendo sido elevado à condição de município em 1761, sendo precedido apenas por Oeiras. Originalmente denominada Vila de Nossa Senhora do Livramento de Paranaguá, a cidade teve seu nome simplificado para Parnaguá após sua emancipação política.

12-(IBED) A etimologia do nome Parnaguá tem origem na língua tupi e significa "enseada de grande rio", derivando da junção dos termos "paraná" (grande rio) e "kûá" (enseada ou baía). Esta denominação reflete a histórica relação do município com os recursos hídricos da região sudeste do Piauí.

14-(IBED) Parnaguá está situada no extremo norte do estado do Piauí, a aproximadamente 100 quilômetros da capital Teresina, caracterizando-se por sua proximidade com o litoral e o Delta do Rio Parnaíba, o que favorece o desenvolvimento de atividades portuárias e turísticas relacionadas ao ambiente costeiro.

15-(IBED) Entre os filhos ilustres de Parnaguá destaca-se João Lustosa da Cunha Paranaguá, que recebeu os títulos de 2º Visconde e 2º Marquês de Paranaguá durante o período imperial brasileiro. Este personagem histórico acrescentou "Paranaguá" como seu último sobrenome em homenagem à sua cidade natal, demonstrando o prestígio e a relevância histórica do município no cenário político do Império.

16-(IBED) O município de Parnaguá, localizado no sudeste do Piauí, faz divisa exclusivamente com outros municípios piauienses, não possuindo fronteira com nenhum estado vizinho. Esta característica geográfica o distingue de outros municípios da região que compartilham limites com estados como Bahia e Maranhão.

16-(IBED) Situação hipotética: Uma instituição governamental almeja implementar um sistema de identificação biométrica facial em larga escala para otimizar o acesso a serviços públicos, alegando aprimoramento da segurança e eficiência. Assertiva: A utilização de tecnologias emergentes como a IA, nesse cenário, implica em profundas discussões éticas e de privacidade, dada a capacidade preditiva e de vigilância que o reconhecimento facial por IA confere. Embora possa aprimorar a governança digital, tal implementação demanda um arcabouço legal robusto e mecanismos transparentes de controle que assegurem a proteção de dados e a não-discriminação, sob pena de violar direitos fundamentais e minar a confiança do cidadão, especialmente pela suscetibilidade de algoritmos a vieses de treinamento que podem resultar em iniquidade no acesso aos serviços e na fiscalização.

17-(IBED) No contexto da Internet das Coisas (IoT), a convergência de diversos dispositivos conectados, desde eletrodomésticos inteligentes até sensores ambientais, gera um volume massivo de dados. Essa proliferação de dados exige uma infraestrutura de computação em nuvem robusta para armazenamento e processamento. Contudo, essa interconexão, embora promova eficiência e automação, atua como um vetor de fragilidades na segurança digital, pois a vulnerabilidade de um único dispositivo IoT pode comprometer toda a rede, criando novas superfícies de ataque que são, em geral, mais simples de serem gerenciadas por métodos tradicionais de segurança da informação do que por abordagens voltadas à resiliência de sistemas distribuídos e massivamente integrados.

18-(IBED) Sobre as tecnologias emergentes no cenário de governança digital, o 5G, ao proporcionar latências ultrabaixas e velocidades de conexão significativamente superiores às gerações anteriores, fomenta uma revolução. Esse avanço tecnológico tem o potencial de viabilizar aplicações de realidade aumentada e virtual em treinamentos de servidores públicos e de otimizar a comunicação entre diferentes órgãos do Estado. No entanto, sua implementação exige um investimento considerável em infraestrutura, que, se não acompanhado por políticas de inclusão digital e democratização do acesso, pode acentuar o fosso digital entre regiões e classes sociais no Brasil, transformando-se em um vetor de desigualdade ao invés de um catalisador de progresso igualitário.

19-(IBED) A Computação em Nuvem (Cloud Computing) oferece modelos de serviço como IaaS (Infrastructure as a Service), PaaS (Platform as a Service) e SaaS (Software as a Service), permitindo que órgãos governamentais hospedem suas aplicações e dados em infraestruturas de terceiros, como AWS, Azure ou Google Cloud. Essa abordagem, apesar de otimizar custos e escalabilidade, é intrinsecamente menos segura que a hospedagem local. A delegação da gestão da segurança a provedores externos exime o órgão público da responsabilidade pela conformidade regulatória e pela proteção dos dados sensíveis, uma vez que a segurança na nuvem é de responsabilidade integral do provedor de serviço, conformando-se ao princípio da 'nuvem zero-trust' adotado por esses provedores como padrão único e irrestrito, o que simplifica a governança de dados governamentais.

20-(IBED) Com o advento de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa, como ChatGPT e Google Bard, o setor público se depara com a oportunidade de otimizar processos internos, desde a redação de documentos técnicos até a resposta automatizada a questionamentos da população. No entanto, a implementação dessas ferramentas em ambientes governamentais exige uma avaliação rigorosa quanto à confiabilidade das informações geradas, o controle sobre os dados de treinamento utilizados e a potencial substituição de mão de obra humana, que pode levar a questões éticas e sociais graves. A capacidade de discernir a veracidade e a fonte da informação produzida por essas IAs torna-se um desafio central, exigindo que o usuário final detenha um alto grau de letramento digital e crítico para evitar a disseminação de notícias falsas ou dados imprecisos que comprometam a integridade dos serviços públicos.

21-(IBED) A concepção bakhtiniana de linguagem, ao postular que a palavra é sempre bivocal e socialmente orientada, diverge fundamentalmente das abordagens estruturalistas que privilegiam o sistema linguístico em detrimento do uso e do contexto interacional. Contudo, em uma perspectiva didática, a compreensão dos elementos estruturais da língua é pré-condição para a análise dos gêneros textuais como formas relativamente estáveis de enunciados, o que não implica negar a natureza dialógica da linguagem.

22-(IBED) A leitura, em sua dimensão mais complexa e profícua, não se restringe à mera decodificação de signos gráficos, mas configura-se como um processo ativo de atribuição de sentidos, fortemente influenciado pelo repertório sociocultural do leitor e pelas condições de produção e circulação do texto. Nesse contexto, a articulação entre leitura e áreas do conhecimento implica a descompartmentalização do ensino, promovendo a transdisciplinaridade e a contextualização dos saberes, elementos que, por si só, garantem a eficácia do aprendizado sem a necessidade de estratégias didáticas específicas para a interdisciplinaridade.

23-(IBED) Situação hipotética: Um professor de Língua Portuguesa propõe a seus alunos a análise de um poema simbolista, enfatizando a polissemia inerente à linguagem poética e a multiplicidade de interpretações possíveis. Assertiva: A ênfase na polissemia e na multiplicidade de interpretações do texto poético, sem a guia de elementos estruturais ou contextuais específicos, pode comprometer o objetivo didático de desenvolver a compreensão textual crítica, uma vez que a ausência de um horizonte de expectativas comum desfavorece a construção compartilhada de sentidos.

24-(IBED) No contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o conceito de multiletramentos transcende a mera alfabetização digital, abarcando a capacidade de o indivíduo engajar-se criticamente com textos que combinam diferentes semioses, como imagens, sons e palavras, em ambientes digitais e analógicos. Essa abordagem exige do professor de Português a superação da mera instrução gramatical, para integrar o ensino da leitura e escrita em uma perspectiva ampliada de letramento, o que inevitavelmente implicará a redução do tempo dedicado aos aspectos normativos da língua em sala de aula.

25-(IBED) A compreensão e interpretação de textos, embora frequentemente tratadas como etapas distintas, interpenetram-se dialeticamente: a compreensão se refere à captação do sentido literal e das relações internas do texto, enquanto a interpretação envolve a atribuição de significados mais profundos e inferenciais, relacionando o texto a conhecimentos prévios do leitor. Assim, um erro na identificação de um referente textual impede, por si só, qualquer possibilidade de interpretação pertinente por parte do leitor, limitando-o exclusivamente aos dados explícitos.

26-(IBED) Em "Os Lusíadas", Camões emprega vocábulos como 'varonil' (relativo a varão, homem) e 'fero' (feroz) que, embora possuam um sentido denotativo claro, assumem, no contexto da epopeia, conotações de bravura e rudeza, respectivamente, que intensificam a caracterização dos heróis portugueses. A coexistência e a interdependência entre denotação e conotação são, portanto, elementos cruciais para a análise da expressividade linguística, notadamente em textos literários, sem que haja uma hierarquia intrínseca de importância entre as duas dimensões significante.

27-(IBED) O sistema ortográfico vigente preconiza o uso do trema em algumas situações de vogais átonas, como em 'língua' e 'aguentar', para indicar que a vogal 'u' deve ser pronunciada. A supressão geral do trema, conforme as reformas ortográficas mais recentes, implica que, em palavras ambíguas como 'sequência' ou 'cincoenta', a pronúncia do 'u' agora deve ser inferida exclusivamente pelo contexto semântico ou pela frequência de uso, não havendo mais qualquer marca gráfica que a prescreva.

28-(IBED) A regência verbal e nominal, ao estabelecer a dependência sintática entre um termo regente e seu termo regido (complemento ou adjunto), é fundamental para a clareza e precisão da comunicação. Em "Aspiro a uma vaga no concurso", o verbo 'aspirar' é transitivo indireto com o sentido de 'desejar', exigindo a preposição 'a'. No entanto, se o mesmo verbo fosse utilizado no sentido de 'respirar', como em "Aspiro o ar fresco", ele seria transitivo direto, dispensando a preposição, o que demonstra a intrínseca relação entre a semântica do verbo e sua predicação.

29-(IBED) A flexão das classes de palavras está diretamente ligada à concordância nominal e verbal, uma vez que a adequação morfológica entre os termos da oração garante a coesão gramatical. A frase "Havia muitos problemas que precisavam ser resolvidos" está gramaticalmente correta, pois o verbo 'haver' no sentido de 'existir' é impessoal e portanto invariável, enquanto o verbo 'precisar' concorda com o sujeito 'problemas', ratificando que a impessoalidade de um verbo não se estende aos verbos que a ele se ligam em locução verbal, salvo raras exceções já consolidadas na norma culta.

30-(IBED) Situação hipotética: Uma pesquisa educacional aponta que a maioria dos professores de português ainda prioriza o ensino da gramática normativa de forma descontextualizada. Assertiva: A adoção de uma didática funcionalista, que integra o estudo da gramática aos usos sociais da língua e à análise de gêneros textuais, conforme preconizado pela LDB (Lei nº 9.394/96) e pela BNCC, mostra-se inadequada para o desenvolvimento da competência leitora e produtora nos estudantes, pois negligencia a importância da estrutura linguística formal, essencial para a correção e clareza da escrita.

31-(IBED) O planejamento educacional, compreendido como um processo dinâmico de tomada de decisões sobre o que ensinar, como ensinar e como avaliar, deve estar intrinsecamente articulado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola. Contudo, em virtude da autonomia didático-científica e administrativa garantida às instituições de ensino pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), um docente pode, justificadamente, elaborar seu plano de aula sem considerar as diretrizes do PPP, desde que atenda às exigências curriculares mais amplas do sistema de ensino.

32-(IBED) Conforme a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 a 214, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa. Desse modo, a LDB (Lei nº 9.394/96) estabelece que o ensino será ministrado com base em alguns princípios, dentre os quais se inclui o da gestão democrática do ensino público, pressupondo a participação da comunidade escolar na formulação das políticas educacionais, exceto na definição do currículo que é matéria de competência exclusiva do sistema de ensino.

33-(IBED) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/90) assegura à criança e ao adolescente o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Tal preceito legal implica, portanto, que a evasão escolar, por exemplo, deve ser tratada exclusivamente como um problema individual do aluno e de sua família, desonerando a escola e os órgãos públicos de responsabilidades conjuntas na busca ativa e na garantia da permanência do estudante no ambiente escolar.

34-(IBED) O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, prevê metas e estratégias para a melhoria da qualidade do ensino no Brasil. Entre as metas, destaca-se a universalização do ensino fundamental e o acesso ao ensino médio. A não consecução dessas metas pelo Poder Público, dentro do prazo estipulado, pode configurar omissão inconstitucional, sendo dever do professor de português promover em sala de aula a discussão sobre as implicações sociais e jurídicas do não cumprimento do PNE, visando à conscientização dos alunos sobre seus direitos e deveres civis.

35-(IBED) A Educação Inclusiva, ao defender o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, sem distinção, no ensino regular, requer do professor de Português a adaptação de metodologias e materiais didáticos. Contudo, a adaptação curricular para alunos com deficiência deve ser pautada pela flexibilização dos objetivos de aprendizagem, sem que isso implique, necessariamente, a utilização de recursos pedagógicos diferenciados, pois o princípio da igualdade de acesso pressupõe a padronização dos instrumentos de ensino para todos os estudantes.

36-(IBED) A formação de palavras por derivação prefixal e sufixal (parassíntese), como em 'empobrecer' ('en-' + 'pobre' + '-ecer'), difere da combinação simples de um prefixo e um sufixo a um radical, pois na parassíntese a supressão de um dos afixos resultaria em uma palavra inexistente na língua portuguesa. Tal distinção é crucial para a análise morfológica e para o entendimento do processo de lexicalização, não se aplicando a verbos formados por prefixação e sufixação que são encontrados sem um dos afixos, como 'desligar' que existe sem o prefixo ('ligar').

37-(IBED) A coesão textual, que se manifesta por meio de mecanismos gramaticais e lexicais, e a coerência, relacionada à inteligibilidade e à plausibilidade semântica do texto, são interdependentes. A ausência de coesão, exemplificada pelo uso inadequado de pronomes ou conectivos, invariavelmente leva à quebra da coerência, tornando o texto ininteligível. Entretanto, um texto pode apresentar perfeita coesão gramatical e ainda assim ser incoerente, se a lógica argumentativa ou a progressão temática for comprometida, o que demonstra a primazia da coerência sobre a coesão na construção do sentido textual.

38-(IBED) Os artigos 1º a 4º da Constituição da República Federativa do Brasil, ao estabelecerem os Princípios Fundamentais, como a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, configuram-se como o alicerce jurídico e ideológico da República. A compreensão desses princípios é essencial para o professor de Português, pois permite a abordagem crítica de textos que reflitam as tensões sociais e éticas na sociedade brasileira, inclusive no que concerne à aplicação de políticas públicas de educação que busquem mitigar as desigualdades.

39-(IBED) A avaliação do rendimento escolar, para a progressão do educando, deve ir além da mera atribuição de notas, conforme prevê a LDB (Lei nº 9.394/96), incorporando uma perspectiva formativa que diagnostique as dificuldades e oriente o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a reprovação do aluno, embora ainda prevista na legislação, deve ser considerada uma medida excepcional, sendo primordial que a escola promova a recuperação dos estudos, o que implica que a reprovação apenas é válida quando não houver sido oferecido acompanhamento pedagógico individualizado e contínuo.

40-(IBED) Situação hipotética: Em uma aula de produção textual, um professor propõe a escrita de um artigo de opinião sobre um tema polêmico, orientando os alunos a utilizarem argumentos fortes e bem fundamentados. Assertiva: A ênfase na argumentação e na defesa de um ponto de vista específico coaduna-se plenamente com a perspectiva da língua como interação, pois a produção de um artigo de opinião não apenas exige o domínio dos recursos linguísticos para persuadir o interlocutor, mas também a capacidade de dialogar com diferentes ideias e refutar contra-argumentos, promovendo o desenvolvimento do senso crítico e ético dos estudantes.

41-(IBED) O emprego dos tempos e modos verbais é crucial para a construção do sentido de um texto, permitindo ao enunciador situar os eventos no tempo e expressar sua atitude em relação a eles. Em "Se ele viesse, eu o ajudaria", o pretérito imperfeito do subjuntivo ('viesse') e o futuro do pretérito do indicativo ('ajudaria') indicam uma hipótese e sua consequência, respectivamente, enquanto que em "Quando ele vier, eu o ajudarei", a mesma ideia é expressa com um tom de maior certeza, embora o segundo caso se refira a um evento futuro e o primeiro a uma condição irrealizada no passado, o que torna a substituição entre eles semanticamente inviável sem alteração da modalidade.

42-(IBED) A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao propor um currículo por competências e habilidades, busca superar a fragmentação disciplinar e promover uma formação integral do estudante. Para o componente de Língua Portuguesa, isso significa que o ensino da gramática normativa, embora ainda relevante, deve ser subordinado ao desenvolvimento das capacidades de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, contextualizadas em diferentes gêneros e práticas sociais de linguagem. No entanto, a BNCC não proíbe o ensino da gramática normativa de forma isolada, desde que sejam apresentadas as suas funções e aplicações práticas no dia a dia do aluno.

43-(IBED) A oralidade e a escrita, embora sejam modalidades distintas da linguagem, relacionam-se de forma complexa e não hierárquica. O ensino de ambas deve considerar seus usos sociais e suas especificidades, promovendo a transposição de saberes entre elas. A valorização da oralidade em sala de aula, por exemplo, através de debates e apresentações, contribui para o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos, mas não possui impacto significativo na melhoria da produção escrita, visto que as regras e convenções da escrita são intrinsecamente diferentes das da fala e devem ser aprendidas de forma autônoma.

44-(IBED) Situação hipotética: Durante a leitura de um conto, um aluno questiona o significado de certas palavras em desuso. Assertiva: A compreensão do vocabulário arcaico, embora possa parecer um entrave à fluidez da leitura, é fundamental para o aprofundamento do repertório lexical e para a construção de sentidos mais amplos do texto, especialmente em obras literárias. A pesquisa do significado de palavras desconhecidas e a contextualização de sua utilização no período em que a obra foi escrita são estratégias que devem ser incentivadas pelo professor, mesmo que demandem maior tempo e interrompam o fluxo da leitura oral em sala de aula.

45-(IBED) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) enfatiza a importância da didática no processo educativo, estabelecendo que o ensino deverá garantir a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Nesse contexto, a didática geral deve ser compreendida como a área do conhecimento que oferece os subsídios teóricos e práticos para que o professor possa desenvolver sua prática pedagógica de forma autônoma e reflexiva, sem, contudo, desvincular-se das diretrizes curriculares e da legislação educacional vigentes.

46-(IBED) O conceito de gênero textual, ao reconhecer que os textos se organizam de acordo com as situações comunicativas e os propósitos a que se destinam, é fundamental para o ensino de língua portuguesa. A abordagem de gêneros textuais orais e escritos em sala de aula permite aos alunos compreender as particularidades de cada um, como a entrevista, o debate ou o e-mail, e desenvolver as competências necessárias para produzi-los e interpretá-los de forma eficaz, sem que haja, no entanto, a necessidade de se diferenciar as estratégias de ensino para cada modalidade, visto que as habilidades linguísticas são universalmente aplicáveis a todos os gêneros.

47-(IBED) A abordagem histórico-cultural do ensino e da aprendizagem, fundamentada em autores como Vygotsky, destaca que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação social e da mediação pedagógica. Segundo essa perspectiva, o professor desempenha um papel crucial como mediador entre o saber socialmente construído e o aluno, auxiliando-o a transitar da Zona de Desenvolvimento Proximal. No entanto, essa abordagem não implica que o desenvolvimento da escrita, por exemplo, deva ser sempre contextualizado em situações sociais reais, pois a prática de exercícios meramente formais de gramática e ortografia também contribui para a internalização das normas da língua, ainda que de forma mais analítica e menos integrada.

48-(IBED) O emprego correto da acentuação gráfica segue regras claras e sistemáticas da ortografia portuguesa, como a acentuação de oxítonas terminadas em 'a', 'e', 'o' seguidas ou não de 's', ditongos abertos e hiatos. Palavras como 'público', 'caráter' e 'também' são acentuadas por serem, respectivamente, proparoxítona, paroxítona terminada em 'r' e oxítona terminada em 'em'. A alteração de uma única letra, como em 'área' para 'áuria' (paroxítona terminada em ditongo), não interfere necessariamente na regra de acentuação aplicável, desde que a classificação quanto à tonicidade e terminação permaneça inalterada.

49-(IBED) A Constituição Federal, ao tratar dos Direitos e Garantias Fundamentais (art. 5º a 17), assegura o direito à igualdade, à liberdade e à vida, entre outros. A aplicação desses princípios na prática educacional implica que a escola deve promover um ambiente de respeito às diferenças, combatendo qualquer forma de preconceito e discriminação, e garantindo que o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento pleno de cada indivíduo sejam priorizados. Essa perspectiva, contudo, não autoriza o professor a promover o debate sobre ideologias políticas controversas em sala de aula, pois a função da escola é transmitir o conhecimento de forma neutra e objetiva, sem interferências de cunho ideológico partidário.

50-(IBED) O currículo, em sua acepção mais abrangente, é mais do que a mera lista de conteúdos a serem ensinados; ele reflete escolhas sociais, políticas e culturais sobre o que é considerado conhecimento válido e quem tem direito a ele. A BNCC, ao estabelecer os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, propõe um currículo nacional comum que permite a flexibilização por parte das redes de ensino e escolas, respeitando as especificidades regionais e locais, além de possibilitar a inclusão de temas transversais que atravessam as diferentes áreas do conhecimento, tais como a ética e a pluralidade cultural, contanto que essa flexibilização não desfigure os objetivos de aprendizagem essenciais definidos nacionalmente.